



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



RACI

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO IDEAU

ISSN 1809-6212

Vol.3 - n.7 - Fevereiro - Julho 2008

Semestral

Artigo:

OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE À POBREZA EM SANANDUVA/RS

Autores:

Demian de França Dantas ¹

Ernane Ervino Pfüller ²

Hemerson Luis Pase ³

¹ Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial – UERGS
Colaborador CETAP - Avenida Pioneiro Fiorentino Bacchi 311 - Centro, Sananduva, RS

² Eng. Agrônomo e Educador Físico - UFSM e Mestre em Agronomia - UFSM
Prof. UERGS, IDEAU, UNOESC e UNC - Avenida Pioneiro Fiorentino Bacchi 311 - Centro, Sananduva, RS
E-mail: ernane-pfuller@uergs.edu.br

³ Doutor em Desenvolvimento Rural pela UFRGS
Pesquisador da FEPAGRO – E-mail: Hemerson-pase@fepagro.rs.gov.br

OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE À POBREZA EM SANANDUVA/RS

Resumo: O objetivo deste trabalho foi o de analisar os efeitos que o programa Bolsa Família vem tendo no combate à pobreza no município de Sananduva/RS. Através de uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa a campo, foi construído um histórico sobre o modo como a pobreza e a fome vêm sendo tratadas nos últimos anos no Brasil e pela Organização das Nações Unidas (ONU); também foi analisado se o programa Fome Zero está conseguindo, através do Bolsa Família, combater a fome que atinge uma parcela da população sananduvense, e se está ajudando estes beneficiados a superarem sua condição de pobreza. Os dados colhidos através de uma pesquisa realizada com vinte famílias que recebem recursos do programa Bolsa Família, são expostos e analisados na parte final do trabalho. Através da interpretação dos mesmos, percebe-se que o programa Bolsa Família está amenizando problemas decorrentes da miséria em que as famílias beneficiadas vivem, porém, a curto e médio prazo, não está criando condições para que as mesmas superem sua situação de pobreza. Somente em longo prazo é que condições estruturais estão sendo criadas para que este objetivo de superação da pobreza, por parte das famílias beneficiadas, seja alcançado.

Palavras-chave: Fome - Fome Zero - Bolsa Família.

Abstract: The objective of this monographic research is to analyze the effect that the program Stock Market Family comes having in the combat to the poverty in the city of Sananduva/RS. Through a bibliographical research and a research the field, is made a description on the way as the poverty and the hunger comes in recent years being treated in Brazil and for the Organization to United Nations (ONU); also it is analyzed if the program Hunger Zero is obtaining, through the Stock Market Family, to fight the poverty that reaches a parcel of the population of the city of Sananduva/RS, and if it is helping these benefited to surpass its condition of poverty. The data harvested through one search done with twenty families who receive resources from the program Stock Market Family, are displayed and analyzed in the final part of the work. Through the interpretation of the same ones, one perceives that the program Stock Market Family is brightening up decurrent problems of the misery where the benefited families live, however, the short and average stated period is not creating conditions so that the same ones surpass its situation of poverty. In the long run it only is that structural conditions are being created so that the overcoming of the poverty on the part of the benefited families, either reached.

Key- Words: Hunger - Hunger Zero - Stock Market Family.

1 INTRODUÇÃO

A população brasileira elegeu, em 2002, um Presidente da República que tinha como uma de suas principais propostas de campanha, combater a fome no Brasil. Para pôr em prática este objetivo o governo de Luis Inácio Lula da Silva criou o programa Fome Zero, que proclamou não ser apenas mais um programa assistencialista objetivando somente saciar a fome de pobres e famintos, mas sim, uma ferramenta de distribuição de renda que criaria condições para que indivíduos e famílias, social e economicamente desfavorecidas, pudessem superar sua condição de pobreza, tornando-se independentes do mesmo e conseguindo sustentarem-se sozinhas.

Considerando-se que o programa pode diminuir as desigualdades e assim, auxiliar na promoção do desenvolvimento de áreas e regiões pobres, o objetivo do trabalho foi analisar a eficácia do mesmo no município de Sananduva, Rio Grande do Sul. Foi tomado como objeto de análise o programa Bolsa Família; um braço do programa Fome Zero. Através de uma pesquisa a campo, busca-se mensurar o impacto que a distribuição de recursos do programa Bolsa Família, está tendo no combate a fome e a pobreza no município de Sananduva, verificando se realmente houve melhora nas condições de vida destas famílias, e se foram criadas condições reais para que as mesmas se tornassem independentes desta assistência governamental.

Como formando do curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, vejo que profissionais formados nesta área, têm muito a contribuir para a diminuição da desigualdade social que assola a sociedade brasileira, por terem adquirido uma noção importante de como se promover o desenvolvimento sustentável. Analisar as ferramentas governamentais que já existem para combater a pobreza e buscar a criação de condições estruturais para que populações que se encontram na miséria, possam superar suas condições de pobreza de forma a se inserirem completamente na sociedade, é, portanto, muito importante para profissionais que trabalham com o desenvolvimento.

O programa Bolsa Família é uma importante ferramenta governamental no combate a fome e a miséria que assolam um grande contingente da população brasileira; porém, o mesmo não está conseguindo criar condições estruturais para que o problema da fome seja solucionado, nem condições para que as famílias beneficiadas tornem-se independentes do programa, devendo portanto, ser revisto e modificado com vistas a alcançar estes resultados.

O objetivo geral deste trabalho é analisar se os recursos repassados pelo programa Bolsa Família à famílias carentes do município de Sananduva, possibilitam uma alimentação de melhor qualidade para os beneficiados, e permitem a emancipação financeira dos mesmos, tornando-os independentes do programa.

Os objetivos específicos são reunir informações sobre a situação do programa no município de Sananduva, e apresentar os parâmetros de eficiência e eficácia do programa Bolsa Família, pertencendo ao programa Fome Zero, no município de Sananduva.

Diante da escassez de material impresso, como livros e revistas científicas, contendo dados mais precisos sobre a problemática da miséria e da fome não só em Sananduva, como também no Brasil, o principal meio de pesquisa utilizado para a prospecção de dados essenciais à realização deste estudo foi a Internet, principalmente através do acesso a *sites* governamentais e de programas ligados à Organização das Nações Unidas (ONU).

Também foi realizada uma coleta de dados primários, utilizando-se de um roteiro para o estudo da situação das famílias beneficiadas com recursos do programa Bolsa Família. Elaborou-se um questionário com questões relacionadas à problemática da fome e os resultados do programa Bolsa Família para os beneficiados. Foram aplicados 20 questionários no município de Sananduva, sendo 8 aplicados com beneficiados que moram na área rural, e 12 com beneficiados de diferentes bairros e vilas urbanas de Sananduva.

A pesquisa a campo foi realizada por meio de entrevistas diretamente com os beneficiados do programa Bolsa Família. A lista de nomes foi fornecida pela Secretaria da Assistência Social de Sananduva. O número total de beneficiadas é de 928 famílias, mas optou-se por uma amostra de 20 famílias, ou seja, uma porcentagem de 2,15% delas. As entrevistas foram realizadas no dia 20 e 21 de janeiro de 2006 em diferentes localidades do município.

2 METODOLOGIA DE TRABALHO

Diante da escassez de material impresso, como livros e revistas científicas, contendo dados mais precisos sobre a problemática da miséria e da fome não só em Sananduva, como também no Brasil, o principal meio de pesquisa utilizado para a prospecção de dados excenciais à realização deste estudo foi a Internet, principalmente através do acesso a *sites* governamentais e de programas ligados à Organização das Nações Unidas (ONU).

Também foi realizada uma coleta de dados primários, utilizando-se de um roteiro para o estudo da situação das famílias beneficiadas com recursos do programa Bolsa Família. Elaborou-se um questionário com questões relacionadas à problemática da fome e os resultados do programa Bolsa Família para os beneficiados.

A pesquisa a campo foi realizada por meio de entrevistas diretamente com os beneficiados do programa Bolsa Família. A lista de nomes foi fornecida pela Secretaria da Assistência Social de Sananduva.

O número total de beneficiadas é de 928 famílias, mas optou-se por uma amostra de 20 famílias, ou seja, uma porcentagem de 2,15% delas. As entrevistas foram realizadas no dia 20 e 21 de janeiro de 2006 em diferentes localidades do município.

3 HISTÓRICO DA DEFINIÇÃO DE “POBREZA”

Em entrevista concedida à revista “Mundo e Missão”, em data não estabelecida, o professor José Scidá relata que uma definição sobre o que é pobreza, não existe nem existiu no passado. O homem sempre se interessou pela pobreza porque ela sempre existiu, mas até tempos recentes era uma descrição literária e moralizadora do fenômeno (PIME, 2005).

Conforme Scidá, uma das primeiras definições sobre “pobreza” surgiu na Inglaterra no século XIX, quando um pesquisador chamado Charles Booth produziu uma pesquisa científica em 17 volumes retratando a pobreza em Londres.

Booth estabeleceu que indivíduos que ganhavam abaixo de 21 xelins por semana (3,8 reais), eram considerados pobres porque não tinham condições de sobreviver com seus recursos. Este método, porém, não explica o procedimento usado para chegar a quantificar essa linha divisória (PIME, 2005).

Com o passar dos anos houve uma mudança de paradigma. Em data não estabelecida, Scidá relata que outro inglês, Benjamin Seebohm Rowntree, passou a calcular uma nova linha de pobreza, que levava em conta além do custo da alimentação indispensável a sobrevivência do indivíduo, também o custo do vestuário e as despesas pessoais e para casa. Ou seja, parâmetros muito semelhantes aos observados atualmente, como veremos nos capítulos adiante (PIME, 2005).

Uma curiosidade interessante a se observar é que, como bom inglês, Rowntree incluía entre a alimentação indispensável o consumo de bebidas alcoólicas, por entender que o “Homem é um ser social e precisa beber pelo menos uma cerveja por semana no *pub* com os amigos”. Desde então a diferenciação de critérios, já observada entre os dois autores ingleses, tornou-se constante nas novas definições de “linha de pobreza” que vieram a surgir (PIME, 2005).

Para José Scidá a definição da pobreza não pode ser somente econômica porque o ser humano é definido por outras necessidades além da sobrevivência. Ele ressalta que é preciso ter em mente que existe uma distinção importante a se fazer sobre pobreza absoluta e pobreza relativa, “A pobreza absoluta se refere às condições mínimas de sobrevivência; a pobreza relativa se baseia na confrontação com a realidade da sociedade em que o homem vive” (PIME, 2005).

Enquanto a pobreza absoluta é definida em termos praticamente idênticos em qualquer região do mundo, a pobreza relativa difere de um lugar para outro, devido à maneira de se viver num determinado lugar. Scidá cita como exemplo o caso da Itália, aonde é

considerado pobre quem dispõe de uma renda inferior à metade da renda nacional, quantia que em países do Terceiro Mundo pode ser até um sinal de riqueza. (PIME, 2005).

A partir deste esclarecimento, Scidá defende como melhor indicador atual de pobreza o elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que consiste na média ponderada de três indicadores: a renda *per capita* na paridade de poder aquisitivo; a esperança de vida desde o nascimento da pessoa e a taxa de alfabetização dos adultos; ou seja, conforme esta definição, as pesquisas feitas pelos órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), levam em consideração a pobreza relativa, quando desenvolvem trabalhos no combate a este problema (PIME, 2005).

4 A DESIGUALDADE NO MUNDO

O contraste entre os avanços tecnológicos e sociais verificados no mundo atualmente é significativamente grande. Se por um lado a sociedade se depara constantemente com invenções e inovações marcantes nos campos da genética ou da eletrônica, o mesmo não se pode dizer das transformações que ocorrem na estrutura social e econômica em que está enquadrada a população mundial e especialmente a brasileira. As estatísticas provam que a desigualdade entre ricos e pobres está crescendo no país e no mundo (UNRIC, 2005).

Em um relatório intitulado “A situação social mundial 2005”, divulgado em 25 de agosto de 2005, a ONU alerta que apesar do crescimento sem precedentes e da melhoria nas condições de vida experimentada por muitos, o abismo entre ricos e pobres aumentou na última década (UNRIC, 2005).

O relatório da ONU destaca que o compromisso mundial para superar a desigualdade, corrigindo as disparidades entre ricos e pobres enunciado em 1995 durante a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social realizada em Copenhague, só perdeu força desde então. As estatísticas indicam que 80% do produto interno bruto mundial está concentrado na mão dos mil milhões de pessoas que vivem no mundo desenvolvido, enquanto que os restantes 20% estão pulverizados entre os 5 mil milhões de pessoas que vivem nos países em desenvolvimento (UNRIC, 2005).

Estes dados comprovam o que já foi aqui dito anteriormente: esta mesma sociedade contemporânea que dispõe de uma vasta riqueza e um acúmulo de conhecimentos técnicos, médicos e científicos sem precedentes na história, ainda não se sensibilizou com o drama

daqueles que vivem não só a margem da sociedade de consumo, e muito menos com os miseráveis (UNRIC, 2005).

Como a tônica do documento apresentado pela ONU recai sobre a questão da desigualdade, o relatório não faz uma crítica direta à questão da fome no mundo, mas é sabido que se a desigualdade entre ricos e pobres fosse minimizada, o número de pessoas que não tem acesso a uma alimentação de qualidade também diminuiria, ou seja, a fome é resultado da pobreza, e a pobreza sempre irá existir enquanto a riqueza mundial não for repartida de uma forma socialmente mais justa (UNRIC, 2005).

5 O PROJETO FOME ZERO

Em novembro de 2002, ainda antes de assumir o governo federal, um grupo ligado ao então presidente recém eleito, Luis Inácio Lula da Silva, submeteu ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) o projeto do programa Fome Zero. O programa elaborado pelo Instituto Cidadania, entidade fundada por Lula há dez anos, estava incluído entre as propostas da campanha presidencial de 2002 e foi anunciado como prioridade de governo no primeiro discurso do presidente eleito, na manhã seguinte à eleição. O projeto teve início em meados de 2000 e foi elaborado por uma equipe formada por mais de 50 pesquisadores e colaboradores, entre especialistas do Brasil em políticas sociais, alimentação, nutrição e saúde (FOME ZERO, 2005).

Para se entender como o Fome Zero atua é necessário observar o conjunto de políticas que ele propõem para serem implementadas no combate a fome (FOME ZERO, 2005).

O programa parte do diagnóstico de que até o fim de 2002, não existia uma política integrada de combate à fome no Brasil. As iniciativas estavam sendo tomadas de forma isolada pelos três níveis de governo e a sociedade, não havia uma organicidade entre estes atores. As políticas públicas se pautavam por uma alta dispersão de esforços e de recursos, sendo que em determinados casos havia duplicação de benefícios e, em outros, total ausência de apoio às famílias em situação de risco. Quanto às ações implementadas pela sociedade civil, apresentavam um caráter sazonal. A população mobilizava-se apenas em determinados momentos, como nas épocas de seca no Nordeste (FOME ZERO, 2005).

O Fome Zero propõe então que haja uma integração das políticas de combate à fome e de melhoria de renda. Ações que devem vir acompanhadas por mudanças mais gerais na política econômica que visem o crescimento, a geração de empregos e a distribuição de renda. O programa salienta que a redução da pobreza deve ser influenciada principalmente pelo crescimento econômico (FOME ZERO, 2005).

O controle do programa é feito pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome (MESA).

5.1 A fome no Brasil segundo o Governo Federal

Calcular o número de pessoas que passam fome no Brasil é uma tarefa complicada. Não há consenso sobre o tamanho da população atingida, pois tudo depende das medidas e critérios utilizados pra definir quem compõe esse contingente.

Conforme o último Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef) realizado entre 1974 e 1975, 42% das famílias brasileiras (8 milhões de famílias), ou cerca de 50% da população da época, equivalente a 46,5 milhões de pessoas, consumiam menos calorias que o necessário (FOME ZERO, 2005).

A maioria das pesquisas são baseadas em indicadores de renda, pois a insuficiência de renda é o principal fator que leva as pessoas a não consumir alimentos na quantidade adequada. Assim, define-se uma linha de pobreza abaixo da qual a renda seria inadequada para suprir as necessidades básicas, como a alimentação, e calcula-se o número de pessoas abaixo dela (FOME ZERO, 2005).

Porém, não se pode ignorar que apesar da baixa renda, pessoas que encontram-se na linha de pobreza geralmente conseguem se alimentar graças a caridade de outros. Ignorar essa situação poderia resultar numa super-estimação dos dados da fome. Porém, isso mantém os indivíduos em permanente risco, além de não lhes garantir uma alimentação digna (FOME ZERO, 2005).

Diante das dificuldades para mensurar a indigência ou a pobreza no Brasil, o Programa Fome Zero procurou estimar a quantidade de pessoas que passam fome no país tomando por base os micro dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1999, atualizados posteriormente pela edição de 2001 (FOME ZERO, 2005).

5.1.1 Renda define linha de pobreza

O Programa Fome Zero adotou a linha de pobreza definida pelo Banco Mundial, que considera pobres as pessoas que ganham menos de US\$ 1,08 por dia (FOME ZERO, 2005).

Foram feitas correções metodológicas de acordo com a variação do dólar e o desconto das despesas com a prestação da casa própria ou aluguel, considerados responsáveis pelos maiores gastos do orçamento familiar, e que é proporcionalmente maior nas áreas metropolitanas do que nas pequenas e médias cidades e áreas (FOME ZERO, 2005)

Com base nestes cálculos, chegou-se a conclusão que de acordo com a linha de pobreza média ponderada no Brasil, que é de R\$ 71,53 mensais por pessoa, existem 46 milhões de pessoas com um renda mensal disponível média de R\$ 39,11, ou 9,9 milhões de famílias com renda mensal de R\$ 183,81, levando-se em conta a média de 4,7 pessoas por família (FOME ZERO, 2005).

Como se pode perceber, foram consideradas pobres as famílias que em setembro de 1999, data de referência da PNAD, tinham um rendimento disponível correspondente ao valor atual do salário mínimo para viver o mês inteiro (FOME ZERO, 2005).

5.2 Estimativa da população a ser beneficiada

Estima-se que 27,3% da população brasileira não tenha renda suficiente para garantir uma alimentação satisfatória. Essas pessoas se concentram nas áreas urbanas não metropolitanas, ou seja, nas pequenas e médias cidades. No entanto, é nas áreas rurais que está a maior proporção de pobres: calcula-se que 47,3% dos habitantes não consigam obter uma renda mínima de US\$ 1,08 por dia (Sociedade Brasileira em apoio ao programa Fome Zero, 2005).

5.3 Bolsa Família

O Bolsa Família, na avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), “É o maior e mais ambicioso programa de transferência de renda da história do Brasil”, pois além de combater a fome e a miséria, também tem o objetivo de criar condições para que os atendidos possam se emancipar financeiramente para poder deixar de receber a assistência do governo” (MDS, 25/10/2005). O programa concede benefícios mensais às famílias em situação de pobreza, com renda *per capita* de até R\$ 100 mensais (MDS, 26/10/2005).

A grande novidade deste programa é que ele unificou uma série de benefícios sociais que antes eram liberados separadamente, como Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão

Alimentação e o Auxílio Gás, em um único programa, o que agilizou a liberação dos recursos a quem precisa (MDS, 25/10/2005).

6 O BOLSA FAMÍLIA EM SANANDUVA

De acordo com dados da Assistência Social de Sananduva, o Bolsa Família começou a ser operacionalizado no município no ano de 2001. Existe uma cota de 928 famílias que podem receber o benefício, mas atualmente existem 1560 cadastradas. A verba destinada mensalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social ao município, é de R\$ 28 mil (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANANDUVA, 2006).

Para receber recursos do programa Bolsa Família é necessário que cada membro da família tenha uma renda *per capita* de no máximo R\$ 120,00. Então, a família recebe R\$ 95,00, mais R\$ 15,00 por criança de 0 a 16 anos. O limite de crianças beneficiadas por família é de três filhos (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANANDUVA, 2006).

A fiscalização das famílias que realmente enquadram-se no programa é feita pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que tem poder deliberativo (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANANDUVA, 2006).

O valor é repassado diretamente às mães, que recebem um cartão para fazer o saque na Caixa Econômica Federal ou na casa lotérica da cidade. Não existe um procedimento que garanta o emprego da verba recebida na compra de bens essenciais, como material escolar ou alimentação, porém, as Secretarias de Assistência Social; da Saúde e da Educação, fazem um trabalho conjunto de acompanhamento dos beneficiados. A Secretaria de Assistência Social, por exemplo, faz um acompanhamento da distribuição dos recursos e promove palestras educativas às famílias atendidas; que por sua vez, tem o compromisso de levar as crianças mensalmente aos postos de saúde, para que seja feito um acompanhamento do desenvolvimento das crianças. A Secretaria de Educação por sua vez, faz uma prestação de contas mensal à Secretaria de Assistência Social, da frequência escolar dos alunos que fazem parte das famílias que recebem os recursos do Bolsa Família (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANANDUVA, 2006).

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a última semana de janeiro de 2006, foi realizada uma pesquisa a campo para a obtenção de dados que passam a ser trabalhados a partir deste momento.

A pesquisa constou da aplicação de um questionário aplicado à vinte famílias sananduvenses que recebem recursos do Bolsa Família. O questionário conteve perguntas que buscavam obter dos mesmos, informações que permitissem uma mensuração dos resultados que o programa vêm tendo no município, e foram aplicados em diferentes localidades de Sananduva. As informações obtidas permitiram a elaboração de uma série de conclusões que são relatadas a seguir.

Considerando-se os dados obtidos através dos questionários, observa-se que a maioria dos entrevistados não prevê um desligamento do programa Bolsa Família, nem a curto, médio ou longo prazo. Enquanto 95% deles afirmou não ter uma previsão de desligamento do programa, 5% sequer soube responder a pergunta, demonstrando uma incapacidade mínima de raciocínio e compreensão lógica (Figura 1).

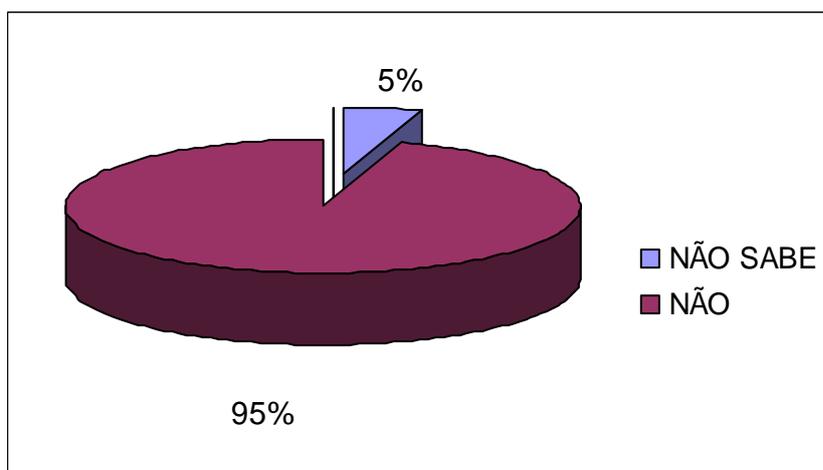


Figura 1 – Previsão familiar de desligamento do programa Bolsa Família.

Percebe-se que os próprios beneficiados ainda não compreenderam que o Bolsa Família foi criado para beneficiar apenas temporariamente as famílias carentes, e que, portanto, eles deviam estar buscando alternativas para desvincular-se do benefício.

Ao que parece, isso acontece por um conjunto de fatores, dos quais o desânimo; fruto da total falta de oportunidades de mudança; vêm em primeiro lugar. Durante a pesquisa foram visitas as vilas mais pobres do município de Sananduva, onde se viu uma realidade chocante de muita pobreza, com habitações precárias, esgotos a céu aberto, excesso de crianças por

família, muitos problemas de saúde e má formação; causados provavelmente pelas más condições de alimentação e saúde; baixa escolaridade; principalmente entre os pais de família; e também um elevadíssimo grau de desemprego, entre outros.

Toda esta adversidade provoca naquelas pessoas um sentimento de impotência frente à realidade, causando um desânimo crônico que contamina dos mais velhos aos mais novos, um desânimo que, supõe-se, as impede de criar forças e vontade própria de conseguir mudar sua difícil realidade e passar a não depender mais dos parques, mas importantes recursos recebidos do Bolsa Família.

A pesquisa também permitiu perceber o grande motivo pelo qual a maior parte das famílias não assimila a idéia de tornar-se independente do programa: a falta de trabalho, a falta de acesso a algum programa de treinamento direcionado para os mais velhos, ou melhor, ao pai, a mãe, aos irmãos maiores de idade. Apenas 15% dos entrevistados disseram que o programa cria condições estruturais, como acesso ao mercado de trabalho, para que o beneficiado torne-se independente dele; outros 80% negaram que o programa gera estas oportunidades, enquanto que 5% não souberam responder a pergunta.(Figura 2).

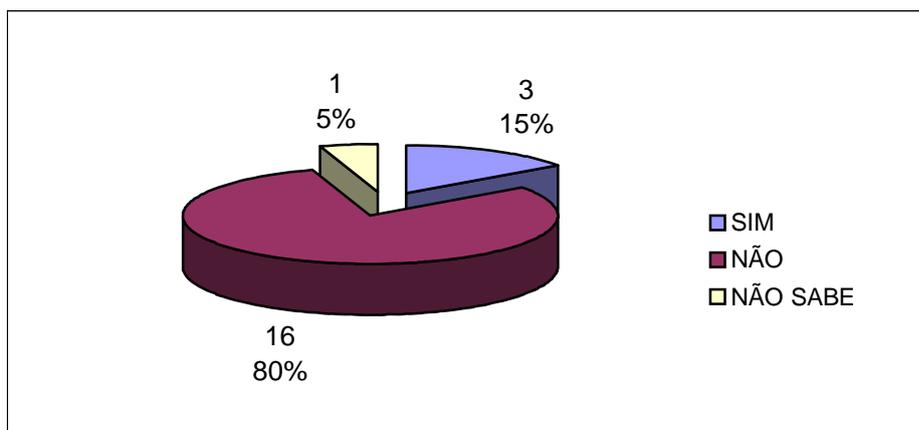


Figura 2 – Avaliação que o programa teve na criação de condições estruturais para que o beneficiado conseguisse tornar-se independente dele.

Evidentemente o Bolsa Família não foi programado para preencher esta lacuna, porém, dentro do programa Fome Zero parece faltar um mecanismo que ofereça um suporte voltado a preparação dos membros familiares ao mercado de trabalho.

Um escola de formação profissional que funcionasse paralelamente ao Bolsa Família seria fundamental para maximizar as condições dos beneficiados tornarem-se independentes não só do Bolsa Família, mas sim de todos os programas assistencialistas governamentais.

Além disso, também seria importante haver a criação de alguma unidade produtiva que reservasse empregos para estas famílias beneficiadas, que em sua grande maioria, devido a baixa escolaridade e formação, não conseguem competir com indivíduos de melhores condições financeiras, por empregos de maior remuneração e que requerem escolaridade ou formação acadêmica.

Para 39% dos pesquisados, os recursos do programa melhoraram a qualidade de vida da família porque facilitaram a compra de material escolar para as crianças. O dado é particularmente importante porque demonstra que o Bolsa Família facilita o acesso das crianças à escola, um fator que influi no futuro dela, criando condições para que seja uma pessoa instruída e que consiga inserir-se com maior facilidade no mercado de trabalho, tornando-se um cidadão mais consciente da realidade em que vive e mais competitivo no mercado de trabalho (Figura 3).

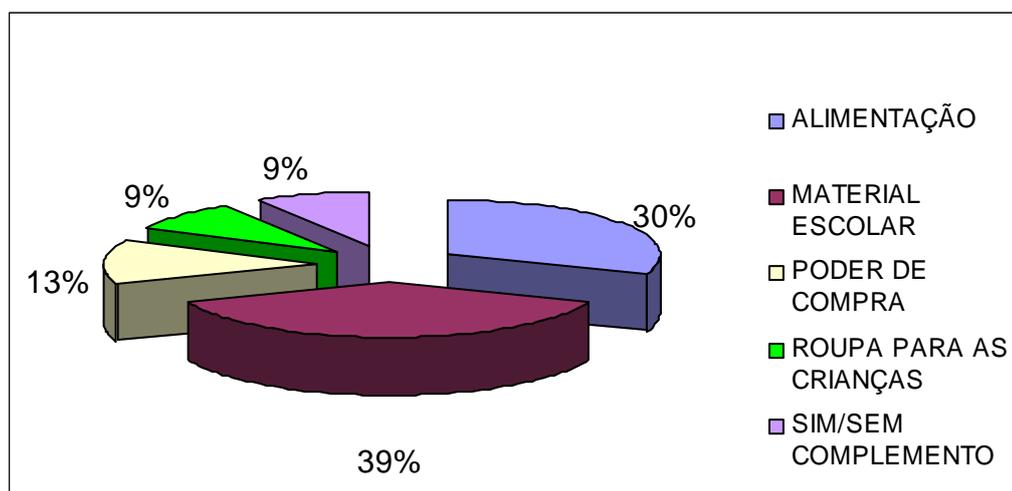


Figura 3 – Área em que o programa contribuiu para uma melhor qualidade de vida.

Os 30% que responderam que o programa contribuiu para uma melhor alimentação, também demonstraram que o Bolsa Família, indiretamente, cria sim condições para que os membros da família possam tornar-se independentes na medida em que melhora a alimentação familiar (Figura 3).

Para 13% dos entrevistados os recursos recebidos são importantes porque aumentam o poder de compra; enquanto que para 9%, contribuiu para comprar roupas para as crianças. Outros 9% apenas responderam que sim, que o programa contribuiu para uma melhor qualidade de vida, mas não souberam especificar em que área (Figura 3).

Para 90% dos entrevistados os recursos recebidos facilitaram o acesso das crianças à escola. Um dado muito animador e positivo para a avaliação do Bolsa Família, pois mostra

que o programa contribui decisivamente para o combate ao analfabetismo e a evasão escolar, de forma que no mínimo a longo prazo, está criando uma importante condição estrutural para que as crianças destas famílias beneficiadas, consigam superar a condição de pobreza em que nasceram e vivem.

A metade dos pesquisados acredita que a criação de empregos e de ferramentas que possibilitem o acesso dos trabalhadores mais carentes a um trabalho remunerado, é, juntamente com o Bolsa Família, igualmente importante para a melhoria da qualidade de vida das famílias. Durante as entrevistas ficou visível que para maior parte dos entrevistados o governo é o maior responsável pelo desemprego. É através deste ponto de vista que os entrevistados teceram várias críticas aos atuais governos federais e estaduais, mais particularmente ao primeiro, quando lhes foi feita esta indagação. Para eles, o fato de estarem desempregados não é culpa da sua hipotética desqualificação para o mercado de trabalho, que como se sabe, está cada vez mais seletivo quanto as qualificações dos funcionários; mas sim da falta de criação de novas vagas, o que eles atribuem a incompetência do governo (Figura 5).

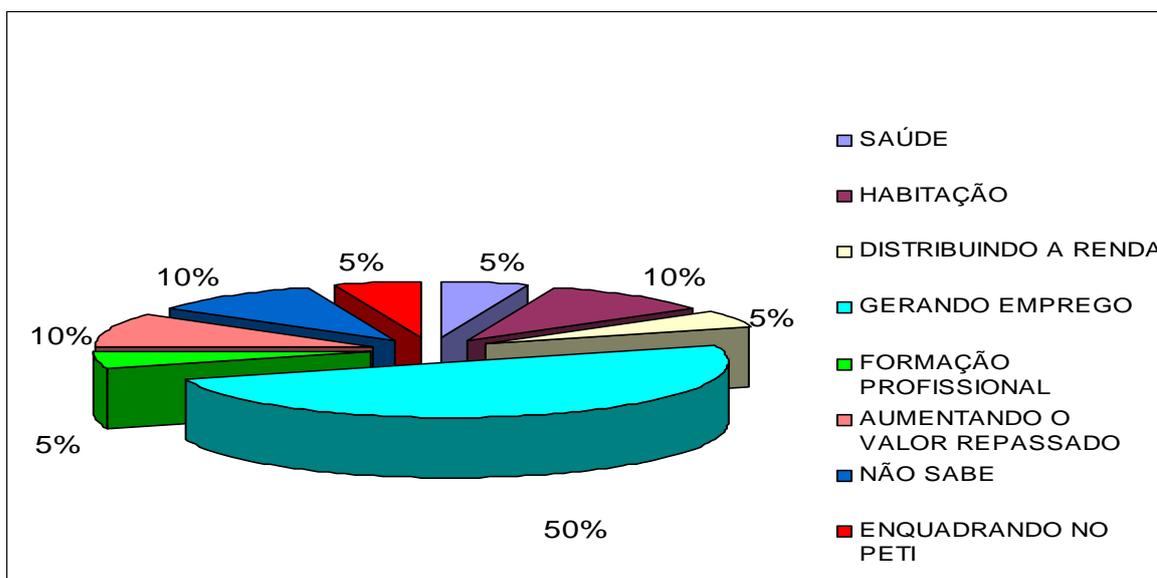


Figura 5 – Outras formas que o governo poderia contribuir para melhorar a qualidade de vida dos beneficiados, na opinião dos entrevistados.

Apesar de demonstrar não entender corretamente a realidade brasileira e o funcionamento do mercado de trabalho, atribuindo todas as culpas ao governo, esta parcela de 50% dos entrevistados demonstra que tem consciência de que é só através da sua inserção no mercado de trabalho que conseguirão superar sua situação de pobreza e dependência do governo (Figura 5).

Também vale a pena ressaltar que 10% dos entrevistados entendem que o governo ajudaria ainda mais a população pobre se facilitasse o acesso das famílias à habitação, enquanto que 10% dos entrevistados não sabem qual é a melhor forma do governo melhorar ainda mais a qualidade de vida deles (Figura 6)..

Isso atesta que o acesso facilitado que o Bolsa Família oferece às crianças pobres é muito importante, pois cria mais condições para que estas cresçam entendendo melhor a realidade e sabendo com mais precisão o que é necessário acontecer para haver uma melhora da qualidade de vida da população mais pobre (Figuras 4 e 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o objetivo do Governo Federal é realmente de que o Bolsa Família, além de combater a fome e a miséria, crie condições para que os atendidos possam se emancipar financeiramente para poder deixar de receber a assistência do governo; então uma correção do programa se fará necessária em Sananduva; pois o programa não está conseguindo contemplar esta meta a curto e médio prazo.

O Bolsa Família está sim combatendo a fome e a miséria no município, melhorando a renda e alimentação de famílias que não conseguiriam estes recursos por outras vias, porém, a pesquisa realizada para elaboração desta pesquisa monográfica comprova que não houve e não deverá haver uma melhora significativa na situação econômica dos beneficiados e que dificilmente eles conseguirão atingir uma auto-suficiência econômica que lhes possibilite tornarem-se independentes da assistência econômica proporcionada pelo programa.

Porém, ao facilitar o acesso das crianças carentes à escola, injetando recursos para a melhora da sua alimentação, compra de roupas e material escolar, e obrigando os pais a levá-las mensalmente ao posto de saúde para acompanhar seu desenvolvimento; além de fazê-las freqüentar a escola sob pena de perder a verba governamental, o governo cria condições estruturais em longo prazo, para que estas crianças consigam superar sua condição de pobreza.

Este é o retrato mais correto deste programa de transferência de renda e inclusão social implementado pelo governo federal em Sananduva atualmente. A curto e médio prazo os recursos do Bolsa Família não estão sendo suficientes para que as famílias atendidas consigam se incluir econômica, social, política e culturalmente na sociedade; porém, a longo

prazo ele está criando condições para que o círculo vicioso de reprodução da pobreza entre as gerações se rompa.

Graças ao Bolsa Família, as crianças beneficiadas filhas de pais também miseráveis, já estão recebendo uma atenção e um apoio do governo brasileiro, muito mais importante e significativo do que seus progenitores receberam quando estavam em sua idade.

Portanto, o programa não pode ser desestimulado, pelo contrário, deve ser reavaliado e modernizado com vistas a transformá-lo em uma ferramenta de mudança social também a curto e médio prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MDS; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - www.mds.gov.br – acessado em várias datas entre o segundo semestre de 2005 e o primeiro semestre de 2006.

UNRIC; CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA EUROPA – www.runiceurope.org/portuguese - acessado em várias datas entre o segundo semestre de 2005 e o primeiro semestre de 2006.

PIME; PONTIFÍCIO INSTITUTO DAS MISSÕES – www.pime.org.br – acessado em várias datas entre o segundo semestre de 2005 e o primeiro semestre de 2006.

PNUD: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – www.pnud.org.br – acessado em várias datas entre o segundo semestre de 2005 e o primeiro semestre de 2006.

FOME ZERO; SOCIEDADE BRASILEIRA EM APOIO AO PROGRAMA FOME ZERO – www.fomezero.org.br - acessado em várias datas entre o segundo semestre de 2005 e o primeiro semestre de 2006.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANANDUVA – Prefeitura Municipal de Sananduva, 2006.